

### Questão Discursiva 04806

O Ministério Público Federal ingressou com Ação Civil Pública com pedido de liminar contra o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, Conexão Brasil Ltda. e Município de Santo Ângelo – RS, em razão dos seguintes fatos:

I – os requeridos, recentemente, assinaram termo de cooperação técnica e financeira com o objetivo de restaurar o conjunto arquitetônico das Missões Jesuíticas em Santo Ângelo/RS. Coube ao IPHAN avaliar todo o conjunto e autorizar o desmonte e saída do país, bem como o empréstimo à empresa Conexão Brasil Ltda., da edificação principal, igreja do centro do conjunto arquitetônico;

II – o Município de Santo Ângelo obrigou-se a autorizar o desmonte e a saída do país, por empréstimo, para exposição em New York, USA, Museu Guggenheim e Bilbao, Espanha, durante o primeiro semestre de 2002, bem como a divulgação da obra arquitetônica e do projeto de sua restauração;

III – Conexão do Brasil Ltda. obrigou-se a segurar os objetos e peças transportadas e, ao retorno, restaurar todo o conjunto tal qual se encontrava no período histórico das missões jesuíticas; 6

IV – a saída do conjunto arquitetônico está prevista para janeiro de 2002 e as providências para o desmonte da construção principal, a igreja, está prevista para o final de dezembro de 2001.

Diante desses fatos e considerando tratar-se de bens tombados, bem como levando-se em consideração os compromissos internacionais do Brasil, e ainda os ataques terroristas de 11-09-2001, discorrer sobre os fundamentos para deferir ou não a liminar solicitada. Há de ser considerado, ainda, que a União apressou-se em pedir o seu ingresso na ação, ao amparo do disposto na Lei 9.469/97, trazendo manifestação do Eminentíssimo Ministro das Relações Exteriores sobre a possível imagem negativa do Brasil no exterior com o cancelamento da exposição.